

Gilberto de Souza Poubel

A MAÇONARIA E AS IDEOLOGIAS DE SEUS MEMBROS:

Uma análise da trajetória da instituição no Brasil (1822-1930)

Rio de Janeiro

2016

Gilberto de Souza Poubel

A MAÇONARIA E AS IDEOLOGIAS DE SEUS MEMBROS: Uma análise da trajetória da instituição no Brasil (1822-1930)

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador: Prof. Me. MARCELLO DE MOURA COUTINHO

Rio de Janeiro

2016

Dedico esse trabalho a

Meus pais, demais familiares, professores, amigos e a todos os demais que de forma direta ou indireta contribuíram e ajudaram no começo de minha jornada científica.

Também gostaria de dedica-lo a todos que se encantavam com as teorias da conspiração, que embora sejam questionáveis e muitas das vezes fúteis ao campo acadêmico, foi graças a algumas dessas teorias que descobri um interesse em mim e simultaneamente recebi uma oportunidade para desvendar o lado secreto e mítico de sociedades secretas, utilizando-se para tal um viés político e social.

AGRADECIMENTOS

Entendo que quando nomeamos instituições, grupos ou indivíduos nesta folha sobre os agradecimentos, estamos simultaneamente, tentando escrever sobre as pessoas que construíram esse trabalho conosco, isto é, ajudando, motivando, às vezes mesmo sem perceberem. Não precisa ser de forma direta: uma conversa sem objetivos, um cumprimento qualquer já pode influenciar em um trabalho melhor. Logo, essa parece ser a parte a qual declaramos em público nossos sinceros agradecimentos pelos que, metaforicamente, caminharam junto a nós.

Então, sem mais delongas: agradeço primeiramente à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional, isto é, a todos os profissionais e professores, pois ao longo dos anos que passamos juntos se tornam verdadeiros amigos.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de iniciação científica e pelo apoio institucional.

Agradecimentos especiais ao meu orientador, com quem compartilhei as ideias do tema e monografia em geral: Marcello de Moura Coutinho, por toda a ajuda, incentivo e demais conversas com toda a paciência e dedicação de um ótimo professor.

Agradeço ao meu pai, Gilmar Morete Poubel e minha mãe, Susane Prado de Souza por todo apoio, motivação, conversas, conselhos e demais atitudes.

“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco. Porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar e, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.”
(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo procurou analisar as influências da Maçonaria no Brasil do século XVIII e começo do XIX, destacando o posicionamento da instituição e seus membros para com alguns momentos históricos importantes, como a Independência, Abolição da Escravatura, Proclamação da República e Era Vargas. Para um melhor entendimento, buscou-se também contextualizar a Maçonaria e descrever suas origens desde os tempos medievais na Europa até às Idades Moderna e Contemporânea no Brasil, destacando figuras importantes, como Dom Pedro I, José Bonifácio, Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca que tiveram algum grau de envolvimento com a Maçonaria ao mesmo tempo que exerciam grande influência sobre o país.

Palavras-chave: Maçonaria; Liberalismo; Monarquia; Primeira República no Brasil; Era Vargas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the influence of Freemasonry in the eighteenth century and early nineteenth Brazil, highlighting the position of the institution and its members towards some important historical moments, such as Independence, Abolition of Slavery, Proclamation of the Republic and Vargas. For a better understanding, also sought to contextualize Freemasonry and describe its origins from medieval times in Europe to the Modern and Contemporary Ages in Brazil, highlighting important figures such as Dom Pedro I, Jose Bonifacio, Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca who had some degree of involvement with Freemasonry at the same time exercising great influence on the country.

Keywords: Masonry; Liberalism; Monarchy; First Republic in Brazil; Era Vargas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. CAPÍTULO I - A GÊNESE DA MAÇONARIA: CONCEPÇÕES, CONTEXTOS E SIGNIFICADOS.....	12
1.1 Considerações Iniciais.....	12
1.2 Possíveis origens da Maçonaria.....	13
1.3 A Maçonaria moderna.....	15
1.4 A chegada da Maçonaria no Brasil.....	17
1.5 Breves apontamentos sobre as posições da Maçonaria frente às revoluções e movimentos.....	18
2. CAPÍTULO II – AS IDEOLOGIAS DOS MEMBROS MAIS INFLUENTES DA MAÇONARIA.....	21
2.1 Liberalismos: breves apontamentos.....	22
2.2 A trajetória interna da Maçonaria e a presença da instituição na política do Brasil no século XIX.....	24
2.3 Motivos de grandes figuras históricas pertencerem à Maçonaria.....	28
3. CAPÍTULO III – OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL: A TRAJETÓRIA DA MAÇONARIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	30
3.1 Os novos rumos da Maçonaria no Brasil	31
3.2 A Maçonaria e Getúlio Vargas.....	34
4. Considerações Finais.....	38
5. Referências Bibliográficas.....	40

INTRODUÇÃO

Historicamente, a Maçonaria enquanto instituição social está envolta em um contexto de misticismo. Diversas narrativas convergem para uma caracterização similar à de uma seita¹ com doutrina própria e aura de “sociedade secreta²”, ou melhor, que contém segredos. Vale ressaltar, que o período a ser investigado com maior foco será o final do século XIX, isto é, no Brasil a instituição maçônica ainda era algo novo, entretanto conquistava cada vez mais adeptos para as suas doutrinas ligadas ao liberalismo³.

Há trabalhos acadêmicos em maior número em francês e inglês, o que de certo modo criou dificuldades para um maior aprofundamento do presente estudo que foi desenvolvido em razão disso, por meio de obras de autores maçons e não maçons. Percebeu-se a supervalorização da Maçonaria em autores pertencentes à instituição e algumas distinções quanto às narrativas de algumas trajetórias da Maçonaria relativas aos acontecimentos históricos, tais como a Independência do Brasil e a Proclamação da República.

Com efeito, é de vital importância compreender a etimologia da palavra – Maçonaria, isto é, a mesma tem origem francesa – “*maçonnerie*” sendo que “*maçon*” (em português: maçom) significaria pedreiro (FERNANDES, 1999). Talvez, seja de fato impossível resgatar a primeira ideia que originou a instituição tal como é conhecida atualmente, pois remete ao misticismo do Velho Testamento bíblico, ao Rei Salomão, dentre outras personagens que tornam a investigação muito pouco factível pela não obtenção de dados concretos e fundamento científico (AZEVEDO, 1996).

No entanto, a instituição possuiria outra origem histórica localizada na Idade Média, sendo essa fase chamada de Maçonaria Operativa, com grupos de construtores de igrejas e catedrais da época (NAUDON, 1963). Já no início da Idade Moderna, a Maçonaria sofre alterações em suas primeiras estruturas organizacionais, vindo a ser denominada Maçonaria Especulativa. Concorda-se que esta transformação se consolida

¹ Sistema ou doutrina que se afasta da crença geral; conjunto das pessoas que a seguem; opinião que se destaca de um corpo de doutrina e é seguida por muitos; doutrina herética de algum teólogo célebre; partido; facção; bando.

² Quando dizemos que a Maçonaria (ou uma instituição similar) é uma sociedade secreta corremos o risco de fazer a má utilização das palavras e seus significados, pois essa instituição é conhecida mundialmente, logo o termo mais adequado seria: uma sociedade que contém segredos.

³ Liberalismo no contexto brasileiro do século XIX, diz respeito às ideologias e opiniões quanto à independência, a separação entre Igreja e Estado, uma forma de governo democrática, dentre outros pensamentos questionadores para com a relação entre Estado e sociedade.

na formação da Grande Loja de Londres em 1717, sendo importante observar que a Maçonaria Moderna tem como origem, a Inglaterra (BARATA, 1994).

Dentre as mudanças da fase Operativa para a Especulativa da Maçonaria, destacam-se as novas políticas referentes aos “maçons aceitos”, isto é, a aceitação de membros não necessariamente ligados às organizações de pedreiros da era medieval. Essa mudança proporcionou a entrada de membros ligados a diferentes movimentos ideológicos (MONTEIRO, 2012).

Posteriormente, observa-se o crescimento da entidade por toda Europa e América, no entanto devido à instituição ainda possuir caráter secreto e ideologias⁴ laicas, a mesma sofria perseguições de governos e membros influentes da Igreja Católica. Logo, a expansão maçônica ocorria sempre em conflito com o catolicismo, sobretudo em regiões em que a Igreja tinha forte autoridade, por exemplo, Portugal, Espanha e Itália (BARATA, 1994).

Após estas observações introdutórias sobre a entidade maçônica, sua origem e como a mesma se situa em diferentes períodos históricos, ressalta-se a importância do estudo desses acontecimentos para o entendimento e contribuição para a desmistificação da Maçonaria. Partindo-se dessa perspectiva é possível afirmar que, esta entidade possui grande influência em marcos históricos tanto na esfera global quanto especificamente no Brasil, pois podem ser observadas posições ideológicas da mesma, por exemplo, no movimento pela Independência do Brasil, na campanha abolicionista, no término da Monarquia e no período da Primeira República. Cumpre lembrar, que todos acontecimentos pertencentes à história do Brasil citados ocorreram no século XIX, sendo tal período o da centralidade desse estudo como afirmado anteriormente.

No Brasil, as correntes ideológicas ligadas à Maçonaria começaram a ter relevância desde o final do século XVIII, principalmente a partir de uma geração de estudantes brasileiros da Universidade de Coimbra em Portugal, sendo que esses acontecimentos acabariam por influenciar em alguns outros que ainda se encontravam no contexto colonial, o que começaria a ser questionado. Porém, foi somente no século XIX que a instituição foi consolidada com a criação das lojas maçônicas, os Grandes Orientes (BARATA, 1994).

⁴ De acordo com Bobbio; Matteucci; Pasquino (1998, p. 587), ideologia é um “sistemas de ideias conexas com a ação”, que compreendem tipicamente “um programa e uma estratégia para a sua atuação” e destina-se a “mudar ou a defender a ordem política existente”.

O presente estudo tem como objetivo descrever a relevância da Maçonaria no Brasil do século XIX, contextualizando a instituição em questões como a quebra do Pacto Colonial e a abolição da escravatura, com foco na transição entre a Monarquia e a Primeira República, assim como destacando a ideologia liberal da entidade que entrou em conflito com o conservadorismo da Igreja, tanto no âmbito cultural quanto político e econômico.

A importância de descrever os processos mencionados seria a baixa relevância dada à relação da Maçonaria aos mencionados acontecimentos históricos, sendo de suma relevância analisá-los, para então compreender de forma mais abrangente suas correntes ideológicas no plano internacional (Europa) e nacional. Com efeito, foi possível entrar no tema do movimento liberal e, simetricamente no conservador com seus representantes, suas posteriores contribuições, suas influências para a Primeira República e a política de forma geral do país.

O presente estudo está dividido em três capítulos, na primeira parte, é feita a descrição das origens e trajetórias da Maçonaria durante a Idade Média, Moderna e chegada ao Brasil, destacando marcos importantes de transformações e posições internas da instituição frente a expansões, movimentos e revoluções.

A partir do segundo capítulo, busca-se entender a trajetória, cisões e posições ideológicas dos membros da instituição maçônica durante o século XIX no Brasil, sobretudo nos movimentos de independência e a proclamação da república do país.

O terceiro capítulo dará continuidade à trajetória da Maçonaria no Brasil, já no cenário republicano do Brasil, destacando seus membros em altos cargos políticos e, por fim, seus conflitos com o governo do Estado Novo, a partir da Revolução de 1930.

A monografia tem como referências principais, as obras de José Castellani, um importante historiador e também maçom, Nicola Aslan, escritor maçônico do século XX e membro da Academia Maçônica de Letras do Rio de Janeiro, o historiador Alexandre Mansur Barata, autor de diversas teses e livros sobre a instituição maçônica, descrevendo sua origem, ideais e estratégias no Brasil durante os séculos XIX e XX e; Marco Morel, historiador e autor de inúmeras obras com temas históricos, inclusive sobre a Maçonaria.

O estudo possui caráter qualitativo, compreendendo uma revisão de literatura, descrição e análise de fontes históricas, acerca das instituições maçônicas no Brasil nos períodos monárquico e republicano, assim como de questões relativas ao liberalismo político-econômico, cultural e conservadorismo religioso.

Desse modo, buscou-se estudar a Maçonaria no tocante à sua origem, transformações e construção de ideários, isto é, qual era a sua relação para com a sociedade como um todo e, ideologias disseminadas pela mesma. O estudo foi realizado, a partir da análise crítica das obras de autores maçons e trabalhos científicos realizados por historiadores não pertencentes à Maçonaria. As fontes bibliográficas foram consultadas em livros, banco de teses e dissertações de Universidades, assim como bancos virtuais tais como Lilacs e Scielo.

Objetivou-se analisar criticamente a instituição maçônica em geral e, especificamente no Brasil, a fim de compreender a formação da instituição historicamente, assim como de suas posições sociopolíticas e respectivas consequências. Destaca-se, que maçons ao se tornarem personalidades importantes contribuíram na defesa da ideologia liberal em diversos países, tendo participado de grandes acontecimentos históricos no Brasil do século XIX.

1. CAPÍTULO I - A GÊNESE DA MAÇONARIA: CONCEPÇÕES, CONTEXTOS E SIGNIFICADOS

1.1 Considerações Iniciais

Um enorme obstáculo é colocado logo de início a qualquer um que procura se aventurar a estudar a Maçonaria, o grande número de fontes de cunho não científico ou até mesmo a ausência de informação ou consenso quanto às questões capitais da instituição maçônica. Observa-se que, o estudo de sociedades de caráter secreto, na maioria das vezes leva ao pré-conceito quanto à perspectiva a ser abordada ou defendida (em artigos, dissertações, teses, livros etc.), pois o esperado é que o autor pertença à respectiva instituição, nesse caso, a Maçonaria. Entretanto, o presente estudo foi elaborado e orientado por indivíduos não pertencentes à Maçonaria.

Apesar de a Maçonaria possuir uma aura de “sociedade secreta” e até mesmo, excludente aos não membros, sobretudo no período desse estudo, isso não impossibilita analisar as ideologias presentes nessas instituições enquanto discurso maçônico para com a sociedade em geral e os meios utilizados para a sua disseminação (imprensa, jornais, participação na política etc.).

Faz-se necessária, a explicação da importância do Capítulo 1, isto é, descrever e analisar a origem, desenvolvimento e significado da Maçonaria, contextualizando a mesma em seus diferentes períodos históricos⁵. Desse modo, busca-se nesse Capítulo, a descrição do que é a Maçonaria, visto que, diferente de outras temáticas, a instituição maçônica, de forma geral, não possui um destaque no campo acadêmico, com exceção de alguns grandes trabalhos desenvolvidos por historiadores⁶ e, demais publicações ligadas ao misticismo⁷.

⁵ A Maçonaria teria participação e influência, por exemplo, na Revolução Francesa, Inconfidência Mineira e, no período de transição entre a Monarquia e a República.

⁶ Destaque para obras recentes desenvolvidas por autores como: Alexandre M. Barata, Celia M. Azevedo, Eliane L. Colussi e Marco Morel.

⁷ Por misticismo entende-se como uma devoção, crença religiosa ou filosófica oculta entre homens e divindades.

1.2 Possíveis origens da Maçonaria

O termo “origens” no plural parece ser o que faz mais sentido quando se pretende fazer menção ao que foi o início da Maçonaria, pois essa mesma instituição, além de ser rodeada pelo misticismo e caráter secreto, possui várias histórias que indicam seu surgimento em tempos antigos como o Egito Antigo, Templo de Salomão, a Ordem dos Templários, dentre outros momentos históricos marcantes que procuram exaltar a Maçonaria, no que diz respeito à sua influência em momentos importantes (MONTEIRO, 2012).

Não obstante, parece ser incerto conseguir estabelecer uma linha histórica definitiva no que se refere à origem da Maçonaria, uma vez que os registros históricos nos levam a diferentes períodos como, o Velho Testamento, Idade Antiga, Média, Moderna. Entretanto, a grande maioria dos historiadores e demais pesquisadores concordam ter sido no século XVIII, que se deu o surgimento da fase denominada Especulativa da instituição, após transformações que resultaram em uma maior disseminação da Maçonaria (BARATA, 1994).

No entanto, anteriormente a esses acontecimentos, a Maçonaria se situava na Idade Média como um grupo de pedreiros e arquitetos responsáveis pelas construções de grandes castelos, catedrais e igrejas dos tempos medievais, sendo que, na maioria das vezes, eram construídos utilizando a pedra como matéria-prima. Essa foi a fase denominada Operativa na qual, a maioria dos membros pertencia à classe dos trabalhadores, isto é, indivíduos portadores de conhecimentos técnicos sobre determinados estilos de construções da época (NAUDON, 1963).

Uma vez tendo sido esclarecidas algumas informações introdutórias, parece ser fundamental a compreensão etimológica da palavra “maçom” – possuindo origem francesa que significa “pedreiro”, sendo que do francês também temos: *Maçonnerie*, ou seja, Maçonaria no português do Brasil (FERNANDES, 1999).

Para melhor compreensão da historiografia relacionada à Maçonaria, foi feita uma cronologia dos principais acontecimentos que envolvem essa instituição, contextualizando a mesma em diferentes períodos históricos.

Para iniciar será tratada a chamada Maçonaria Operativa situada no período medieval, que parece ter sido o ponto de origem mais aceito da instituição atual. Os maçons viviam sob a regra de um feudo, sendo que alguns ganhavam o direito de poder circular livremente, os chamados franco-maçons (também denominados como *francs-*

mestiers, ffremason, masonfree, ffremaceons, ou seja, pedreiro livre). Esses construtores do século XIII não se vinculavam a nenhum feudo ou cidade e, por essa razão, eram livres para circular e não pagavam impostos. Vale ressaltar, que tais privilégios poderiam ser somente concedidos pela Igreja, e assim surgiram os pedreiros livres (MOREL, 2008).

No século XIII havia organizações de pedreiros que viviam sob regras de um feudo e dentre eles também existiam os que escapavam de suas obrigações e/ou tinham liberdade para circular por toda a Europa. Esses eram considerados os libertos (chamados também *francs-mestiers, ffremason, masonfree ou ffremaceons*, ou seja, pedreiro livre). É importante ressaltar que no período em questão somente a Igreja poderia conceder tal privilégio de liberdade e que a partir disso, surgiram as organizações laicas dos artesãos beneficiados pela referida vantagem.

No entanto, a fase Operativa da Maçonaria não foi só marcada pelo conhecimento técnico sobre construções, como alerta Morel (2008, p.40): “Suas finalidades, entretanto, ultrapassavam as questões puramente profissionais. A franco-maçonaria encontrava-se carregada de conteúdos religiosos expressos na adoção de símbolos cristãos e na estreita relação com o clero.” Com efeito, é importante não pensar que a fase Operativa foi ausente de reflexão e ligação com a Igreja, pois foi exatamente por meio dessa relação que a Maçonaria se transformou e conseguiu romper regras, como a aceitação de membros não necessariamente vinculados aos pedreiros e arquitetos da época medieval.

Os novos membros eram conhecidos por maçons aceitos e foram atraídos pela possibilidade de estar junto com os maçons nos feudos e cidades, além de poderem compartilhar conhecimentos entre eles sobre esoterismo⁸. Com uma maior aceitação de membros houve conseqüentemente, uma difusão sobre a organização dos maçons, sendo aceitos indivíduos pertencentes a diversos pensamentos filosóficos, alquimistas, iluministas, liberais, dentre outros. Houve uma transição para a fase denominada Especulativa da Maçonaria, pois os pertencentes não necessariamente tinham algum vínculo operativo, isto é, deixou de concentrar em sua maioria, pedreiros e arquitetos para dar espaço a uma organização de agregados que se juntaram aos pedreiros livres, a fim de possuir maior liberdade de ir-e-vir e de pensamento (MOREL, 2008).

Então, esse foi o período mais comumente aceito de origem da instituição maçônica, atribuída aos tempos medievais na Europa com sua antiga organização feudal

⁸ Doutrina ou conhecimento comumente tidos como “vulgares” que procuram explicar questões relacionadas aos campos da religião, ciência e filosofia, possuindo também caráter secreto, comunicado apenas aos seus iniciados.

e presença forte da Igreja Católica na qual, os maçons detinham maior privilégio de liberdade do que os demais e com isso atraíam novos membros não para o ofício de pedreiro, mas pelos privilégios que gozavam.

1.3 A Maçonaria Moderna

Um marco importante para a definição do surgimento amadurecido da Maçonaria Especulativa aconteceu na Idade Moderna, no século XVIII, em 24 de julho 1717, com a formação da Grande Loja de Londres. Foi a partir daí, que a instituição passou a ter um caráter mais consolidado, o que se assemelha a de uma escola como é apontado pelo professor Alexandre M. Barata quando cita Benimeli (1984, p. 464), em um de seus artigos:

Converteu a Ordem em uma espécie de escola de formação humana de caráter cosmopolita e secreto, reunindo homens de diferentes raças, religiões e línguas, com o objetivo de alcançar a perfeição por meio do simbolismo de natureza mística e/ou racional, da filantropia e da educação.

A inauguração da Grande Loja Maçônica de Londres ocorreu após a junção de outras quatro lojas (*The Goose and Gridiron*, *The Crown*, *The Apple Tree* e *The Rummer and Grapes*, respectivamente: O Pato e a Grelha; A Coroa; A Macieira; e, O Copo e as Uvas). Com a unificação das referidas lojas foi determinado que se devesse ter um grão-mestre, a fim de liderar os maçons. Com efeito, outra importante publicação foi a Constituição de Anderson de 1723 elaborada pelo pastor e maçom James Anderson, a qual contava a história da Maçonaria com suas regras e fundamentos (MOREL, 2008).

Com a Constituição de Anderson, a Maçonaria passou a aceitar membros pertencentes a qualquer religião, desde que acreditassem em Deus, obrigando os maçons a obedecer à máxima de que o homem deve ser “livre e de bons costumes”. Na Maçonaria moderna o homem é considerado a pedra bruta que deverá ser trabalhada a fim de aperfeiçoá-la e torná-la melhor, o que é uma espécie de simbolismo quanto à história dos maçons como construtores de castelos e igrejas com pedras (MONTEIRO, 2012).

Após esses acontecimentos históricos, a Maçonaria começou a se expandir por toda a Europa, entretanto sofreu algumas perseguições por parte da Igreja Católica,

sobretudo em países que possuíam fortes raízes e alianças entre Estado e Igreja, como Espanha, Portugal e Itália. Destaca-se que houve duas condenações oficiais da Igreja: a primeira em 1738, pelo papa Clemente XII na carta apostólica *In-Eminentissimum*; e, a segunda pelo papa Bento XIV, com a constituição apostólica *Providas* (BARATA, 1994).

Em relação à expansão maçônica na Europa, Barata (1994, p. 30) esclarece que: “Esse crescimento chegou ao ponto de, em 1730, existirem cem oficinas filiadas à Grande Loja de Londres”. Contudo, este mesmo autor descreve as cisões da Maçonaria, a partir dos maçons antigos da seguinte forma: “algumas lojas reagiram às transformações operadas pelas lojas londrinas. Estes núcleos refratários constituíram, em 1751, a Grande Loja dos Antigos Maçons.” (BARATA, 1994, p. 30).

É importante ressaltar também que a Maçonaria não foi uma instituição totalmente unificada e centralizada, pois várias outras Lojas maçônicas questionavam as mudanças provenientes da Constituição de Anderson. Esses maçons ficaram conhecidos como “antigos” e criticavam os maçons “modernos” pelos novos fundamentos, leis e ritos que a Maçonaria adotou (MOREL, 2008). Grande parte das divergências entre os maçons antigos e modernos se deram com base na Constituição de James Anderson, sobretudo sobre o que tratava de novos ritos e uma tolerância maior no que diz respeito à aceitação de membros com as mais diversas opiniões e religiões (MOREL, 2008).

Essas divergências e cisões só foram superadas em 1813, quando os maçons modernos aceitaram rever as Constituições de Anderson e, com isso, as duas Grandes Lojas se unificaram para formar a Grande Loja Unida da Inglaterra, a qual passou a ser a Loja Mãe da Maçonaria Universal (BARATA, 1999).

No entanto, as cisões não cessaram, pois em 1877 os maçons franceses removeram da Constituição de Anderson cláusulas que diziam respeito a Deus e à alma. Importante afirmar, que a Maçonaria francesa mantinha um caráter deísta⁹ e a inglesa teísta¹⁰. E, após esse acontecimento em 1877, o Grande Oriente Francês é declarado irregular: “De modo que, a partir deste cisma, consolidaram-se as duas principais vertentes maçônicas: a inglesa, regular e ortodoxa; e a francesa, irregular e heterodoxa.” (MOREL, 2008, p. 42).

Observa-se então que a Maçonaria, além de não possuir centralização em uma só vertente, também ganhou particularidades de ação, liderança e objetivos nos diferentes países da Europa em que se expandiu, pois em países latinos, por exemplo, onde havia maiores conflitos com a Igreja Católica, a Maçonaria assumiu um caráter de luta contra o

⁹ O deísmo é uma doutrina que acredita em Deus através da compreensão racional ao invés da revelação.

¹⁰ Por teísta entende-se a crença na existência de Deus e em sua ação providencial no Universo.

sistema absolutista e pela liberdade de pensamento. Já em países como a Inglaterra, onde a instituição possuía uma maior aliança com o Estado (até por um maior desenvolvimento da economia de mercado), as discussões centravam mais nos próprios fundamentos internos da Maçonaria.

Morel (2008, p. 42) descreve em seu livro o crescimento da Maçonaria relacionando os países com o ano em que as Lojas chegaram aos mesmos:

Havendo, em 1738, mais de 270 lojas espalhadas pela Europa, Ásia e colônias inglesas na América. Em 1723 ela estava na Escócia; em 1725, na França; em 1730, nos Estados Unidos; em 1733 na Itália; em 1735, na Holanda e em Portugal; em 1737, na Alemanha; em 1740, na Suécia; em 1745, na Dinamarca; em 1765, nos países austríacos; em 1771, na Rússia; e em 1773, na Suíça.

1.4 A chegada da Maçonaria no Brasil

A história da chegada do ideário maçônico no Brasil possui grande relação com Portugal, pois foi a partir do século XVIII que os confrontos entre a Igreja e a Maçonaria diminuíram e, assim foi possível uma maior expansão das lojas no país, por exemplo, em Lisboa, Coimbra e Porto. Com isso, possibilitou-se que estudantes brasileiros, que passaram pela Universidade de Coimbra, pudessem ter algum tipo de contato com a Maçonaria.

Todavia, até o fim do século XVIII a Maçonaria ainda não existia institucionalmente no Brasil, isto é, ainda não havia nenhum tipo de estabelecimento oficial que fosse utilizado para reuniões entre os maçons. Foi somente no início do século XIX que a primeira loja maçônica teria sido inaugurada, como é apontado a seguir: “A loja Reunião é considerada como a primeira no Brasil, criada e reunindo-se regularmente em 1801, segundo testemunho decisivo de José Bonifácio de Andrada e Silva” (MOREL, 2008, p. 68).

Castellani¹¹ argumenta em seu livro¹² que foi por um manifesto de José Bonifácio (Grão-Mestre da Maçonaria na época), que a Loja Reunião era filiada ao Oriente de Ilha

¹¹ Nascido em maio de 1937, José Castellani foi médico, escritor e jornalista, escreveu diversos livros sobre a Maçonaria, sendo iniciado em 1965 na Loja Comércio e Ciências em São Paulo.

¹² Autor de diversos livros de História e pensamento maçônico, tendo publicado um livro chamado: “História do Grande Oriente do Brasil: A Maçonaria na História do Brasil” (1993).

de França e também que, o Grande Oriente Lusitano desejava ampliar a Maçonaria no Brasil e que assim sendo, enviaria delegados para criar lojas regulares como a “Constância e Filantropia”, no Rio de Janeiro (CASTELLANI, 1993).

Em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, o fluxo comercial no país foi intensificado com a abertura dos portos. Esse acontecimento também influenciou para que novas ideologias chegassem mais facilmente ao país.

No ano de 1809 foi instalado o Grande Oriente em Salvador (que agrupava as então lojas maçônicas do Brasil), entretanto a formação desse Grande Oriente não é mais citada pelos atuais historiadores maçons, a maioria utiliza-se o Grande Oriente de 1822, como marco inicial no país (MOREL, 2008).

O mais provável é que entre a transição do século XVIII e XIX existissem diversos agrupamentos maçônicos, tidos como não oficiais pela própria Maçonaria e o Grande Oriente do Brasil, logo considerando a loja “Reunião” (1801), o primeiro estabelecimento da Maçonaria no Brasil.

1.5 Breves apontamentos sobre as posições da Maçonaria frente às revoluções e movimentos

Os próprios relatos que contam a origem da Maçonaria são cercados por períodos de grandes revoluções, sendo usados para engrandecer a instituição que surgiu em meio ao clímax da História. Entretanto, o que mais parece ter ocorrido é que – a Maçonaria participou de movimentos como a Revolução Francesa, a Independência do Brasil, a Proclamação da República, porém essa participação não representou protagonismo da Maçonaria, mas posicionamentos e participação da instituição maçônica frente a tais movimentos.

É possível observar incoerências e cisões que vão além dos indivíduos em questão serem maçons que é o caso, por exemplo, da Revolução Francesa na qual, vários nobres maçons foram enforcados ou a existência de padres maçons no Império do Brasil, quando da existência de um confronto entre Igreja Católica e Maçonaria. O fato de ser maçom não era o que unia o movimento, mas a ideologia central que buscava interesses próprios e coletivos de determinada classe social, são exemplos a queda do sistema feudal e a investida da burguesia ao topo da pirâmide social. Desse modo, não era mais de interesse dos mesmos, manter sistemas de opressão que não condiziam com a nova lógica vigente: o mercado capitalista. Assim, impérios começaram a não ser mais bem vistos. Isto

também ocorreu com a escravidão que foi substituída pelo trabalho assalariado, para se adequar aos ideais liberais do sistema capitalista que chegavam ao Brasil.

Contudo, existiu um crescimento considerável da Maçonaria em grandes revoluções como na Francesa e em independências envolvendo os países americanos, por exemplo, nos Estados Unidos de 1776 os principais líderes do movimento revolucionário possuíam algum tipo de ligação com a Maçonaria (George Washington e Benjamin Franklin), outras colônias espanholas também foram influenciadas pela Maçonaria a questionar o Pacto Colonial, como afirma Morel (2008, p. 44): “Francisco Antônio de Miranda y Rodrigues. Este, após ser iniciado na maçonaria dos Estados Unidos, fundou em Londres a Logia Gran Reunión Americana, destinada a preparar militantes para lutar pela independência da América Espanhola.”

No Brasil, ao fim dos primeiros movimentos com a finalidade de romper o Pacto Colonial, sobretudo a Revolução Pernambucana, dos 317 réus julgados pelo envolvimento, 62 foram acusados de fazer parte da Maçonaria. De acordo com Barata (1999, p. 61): “quando D. João VI chegou ao Brasil, a Maçonaria se encontrava ajustada à realidade colonial, já que possuía em seus quadros professores, funcionários públicos, comerciantes, fazendeiros e padres. Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro se caracterizavam como importantes focos de atividade maçônica”.

Quanto à independência do Brasil é tido que em 1820, a instituição buscava unificar suas lojas, a fim de formar um Grande Oriente do Brasil, porém era preciso possuir, no mínimo, três lojas em funcionamento e reconhecidas, entretanto só havia uma, “Comércio e Artes”. E, para que fosse criado o Grande Oriente, a Maçonaria desmembrou essa loja em mais outras duas para que assim fosse criado em 1822, o Grande Oriente do Brasil, sendo José Bonifácio eleito para função de Grão-Mestre (MONTEIRO, 2012).

Após a volta de D. João VI para Portugal (1821), a Maçonaria iniciou uma nova organização para com seus meios de disseminação de seus ideais, sendo que em 02 de Agosto de 1822, o próprio D. Pedro I foi iniciado na Maçonaria, chegando até o grau de Grão-Mestre com o apelido de Guatimozim (BARATA, 1999).

Contudo, as intenções de D. Pedro I ao ingressar na Maçonaria foram contrárias aos interesses dos maçons. D. Pedro I foi iniciado por José Bonifácio e, em 4 de outubro, três dias após ter sido consagrado Mestre, foi novamente consagrado como Grão-Mestre, o que costumava conferir prestígio à instituição, por meio de seus membros consagrados. Porém, após 17 dias do ocorrido, D. Pedro I proibiu as atividades maçônicas (MOREL, 2008).

Parece ser de certa forma incoerente a Maçonaria querer firmar alianças com monarcas ou qualquer membro filiado aos poderes absolutistas do Império, porém isso já havia acontecido em outros casos fora do Brasil, por exemplo, na França (duques de Montagu e de Chartres), como assinala Morel (2008, p. 101-102): “buscava-se conquistar a adesão dos monarcas e outros nobres que, em muitos casos, fizeram parte de maçonarias, num quadro do reformismo ilustrado no interior do absolutismo.”

Assim, ao contrário das histórias lendárias (mitos) que a maioria dos autores maçons escreveu sobre as grandes influências da Maçonaria em relação ao Brasil no século XIX, parece que a instituição maçônica teve participação e interesses na quebra do Pacto Colonial, porém não foi protagonista do movimento. É difícil definir uma ideologia central e universal para toda a Maçonaria e seus respectivos membros, já que agregava membros de ambas as partes com interesses distintos envolvendo a Colônia ou o Império.

Outro importante período de lutas de interesses no Brasil do século XIX que teve participação da Maçonaria foi o movimento abolicionista. A maioria dos maçons eram adeptos à libertação dos escravos, tendo em vista os pilares mais básicos da instituição maçônica: “Igualdade, Fraternidade e Liberdade”. Todavia, os interesses da maçonaria para com a libertação dos negros vão além da liberdade e o bem de todos, em razão dos maçons, de forma geral, possuir forte vinculação com os movimentos liberais político-econômicos que estimularam a Proclamação da República no Brasil.

Após Dom Pedro I ter interdito as maçonarias, começou no país uma reorganização da instituição mesmo na ilegalidade, de acordo com Morel (2008, p. 125):

Pode-se supor que permaneceram agrupamentos clandestinos, mas sabe-se que alguns maçons assumiam publicamente suas reuniões. Foi o caso da loja Mineiros Reunidos, fundada em 24 de novembro de 1821, no rastilho da notícia da revolução liberal iniciada no Porto e logo incorporada ao GOB no ano seguinte.

Foi apenas em 1829, sete anos depois que Dom Pedro I colocou a Maçonaria na clandestinidade, que a instituição retornou à legalidade com a volta do Grande Oriente do Brasil com José Bonifácio como Grão-Mestre, porém naquele momento, o país já se encontrava independente de Portugal e, o contexto era o das formulações e definições de como e quais seriam as formas de Estado / governo, isto é, como seria organizada a sociedade brasileira (MOREL, 2008).

2. CAPÍTULO II – AS IDEOLOGIAS DOS MEMBROS MAIS INFLUENTES DA MAÇONARIA

A filosofia liberal foi-se elaborando num lento e firme processo que se caracterizou através de etapas no curso dos séculos. Roque Spencer Maciel de Barros marca quatro etapas fundamentais na sua história. A primeira é a do liberalismo religioso; a segunda do liberalismo político, ‘expresso basicamente na obra de John Locke, no século XVII e de Montesquieu no século XVIII’; a terceira do liberalismo econômico, que se consubstancia na obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações* (1776), e, finalmente, o ético. (BANDECHI, 1982, p. 13)

É preciso muita cautela antes de relacionar a Maçonaria ou qualquer outra organização do gênero a uma ideologia única, em razão da existência de maçons pertencentes à nobreza na época da Revolução Francesa, diversos padres pertencerem à Maçonaria, alianças da instituição maçônica com membros e líderes de sistemas absolutistas. Entretanto, são muitos os posicionamentos da Maçonaria frente a movimentos e revoluções, nos quais a maioria dos membros possuíam interesses liberais, por exemplo, na Independência do Brasil e nos movimentos que a antecederam, como a Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana que foram marcadas pela presença de diversos maçons contrários ao absolutismo monárquico português e o Pacto Colonial.

Nesse sentido, se não é totalmente possível comprovar uma única ideologia no caso, a liberal em relação à Maçonaria, também não há como negar que os pertencentes à instituição, por vezes, agiram com os interesses nos movimentos político-econômicos liberais da época. A própria independência dos Estados Unidos da América teria influência da Maçonaria com possíveis relações de George Washington e Benjamin Franklin com a instituição maçônica, sendo que após a independência várias outras colônias nas Américas começaram a questionar o colonialismo e por muitas vezes, o movimento tinha como parte dos manifestantes ou divulgadores da causa, os pedreiros-livres, isto é, maçons.

Como dito anteriormente, em outras manifestações, como os movimentos abolicionistas, a Maçonaria se fazia presente como defensores da causa dos escravos que deveriam ser livres. Assim sendo, é correto afirmar que a Maçonaria e seus representantes (membros) possuíam certa identificação com pensamentos liberais e que, almejavam uma

forma de governo democrática, na qual existissem trabalhadores assalariados ao invés de escravos, governantes eleitos ao invés de monarcas / imperadores. No entanto, não há de se pensar que isso significa que a Maçonaria está vinculada a uma utopia de uma “sociedade perfeita” por meio da democracia. Vale ressaltar, que a Primeira República no final do século XIX foi repleta de oligarquias, votos-mercadoria ou manipulados e exclusão da maior parte da sociedade brasileira.

A função do Capítulo será a de descrever a relação entre a Maçonaria e o liberalismo, sobretudo político-econômico, ao qual a instituição aparece fortemente ligada como afirmam alguns autores consultados. Pretende-se esclarecer tais relações, a ponto de ser possível estabelecer convergências entre Maçonaria e liberalismo.

2.1 Liberalismos: breves apontamentos

‘Liberalismo’, como ideologia, cobre um sem-número de conceitos. Sob essa expressão genérica aparecerem vários grupos defensores do livre-arbítrio em todas as esferas, unidos ao redor do conceito de ‘progresso’ e emancipação do homem. O termo ‘liberal’ significava uma crença difusa no valor do indivíduo, e na convicção de que a base de todo o progresso era a liberdade individual. (VIEIRA, 1987, p. 195)

Liberalismo pode significar distintas dimensões diferentes acerca do tema, como política, economia ou cultura, sendo o liberalismo político o mais adequado a se pensar quanto à relação da Maçonaria e suas ideologias quanto ao contexto do Brasil na primeira metade do século XIX. Segundo Vieira (1987, p. 196): “A ideologia liberal, no Brasil, sofreu três influências, mais ou menos em ordem cronológica: a francesa, a inglesa e a americana.”

Tais influências começaram, sobretudo por meio da literatura importada de França ou Portugal no final do século XVIII, as quais também atingiam as colônias americanas por meio de estudantes que foram estudar em universidades europeias ou outros indivíduos ligados ao liberalismo que se refugiaram nas Américas.

Já a influência liberal inglesa começa no início do século XIX quando a Corte Portuguesa abre os portos comerciais do Brasil, assim como aponta Vieira¹³ (1987, p.

¹³ David Gueiros Vieira foi historiador e professor da Universidade de Brasília, tendo estudado as relações da Maçonaria, protestantismo e liberalismo no Brasil do século dezenove.

196): “Não apenas as ideias liberais, mas também as mercadorias inglesas, o sistema inglês de bipartidarismo político e parlamentarismo foram importados e aceitos como a última criação da sabedoria humana.”

O contexto nas Américas estava intensamente ligado às independências e revoluções das colônias, as quais pretendiam obter suas respectivas liberdades, assim como salienta Fagundes (1982, p. 8)¹⁴: “Não podemos esquecer que, além dos Estados Unidos que eram república desde 1776, Venezuela e Argentina já se tinham declaradas independentes em 1810 e 1816, respectivamente.”

O pensamento liberal britânico foi facilmente importado e assimilado pelos intelectuais brasileiros. O ensaio *On Liberty* (1859), de John Stuart Mill, foi muito citado no Brasil. Não apenas Mill, mas também Adam Smith, Jeremy Bentham, Lord John Russel e dois políticos liberais, hoje quase que esquecidos, Richard Cobden e John Bright, fizeram sentir sua influência no Brasil. (VIEIRA, 1987, p. 196)

Com isso, restou a terceira fase de influências liberais no Brasil proveniente do norte da América, com os Estados Unidos já independente e transformado em república. As influências foram chegando, sobretudo por meios de livros, documentos, jornais com destaques para as novas indústrias, os mais avançados meios de produção e as relações do Estado com a sociedade voltada ao comércio, ou seja, não mais um sistema absolutista, mas uma descentralização do poder (VIEIRA, 1987).

Fagundes (1982, p. 21) afirma que: “Sob o ponto de vista da evolução das instituições humanas pode-se dizer que a Maçonaria Moderna é filha do liberalismo cultural, político e religioso do século XVIII.” Sendo assim, observa-se a relação da Maçonaria Especulativa (também chamada de Moderna) com os movimentos iluministas do século XVIII.

Porém, seria mais aceitável dizer que existem as Maçonarias, pois a instituição não obedece a padrões e sim, a formação de peculiaridades dependendo do país ou lugar onde está localizada. Isso pode ser observado desde sua expansão na Europa em países onde a Igreja tinha uma relação mais forte com o Estado até em casos como o Brasil, isto é, um país ainda com um regime monárquico e que para subvertê-lo, a Maçonaria optou

¹⁴ Nascido em Porto Alegre no ano de 1912, Morivalde Calvet Fagundes foi escritor e coronel militar, sendo iniciado na Maçonaria em 1945, na Loja Bento Gonçalves de Porto Alegre chegando a ser eleito a Venerável Mestre da Loja.

primeiramente em fazer alianças com o próprio imperador. No entanto, o próprio colocou a instituição na ilegalidade depois de alguns dias sendo membro como dito anteriormente.

2.2 A trajetória interna da Maçonaria e a presença da instituição na política do Brasil no século XIX

Através das suas alianças com os poderes monárquicos observa-se que a atuação da Maçonaria não seria a de revolucionar e sim, uma tentativa de entrar no cenário político e econômico do país. Para tanto, utilizava-se da disseminação de ideologias políticas e uma aura de segredo no âmbito da instituição. Os segredos ou mistérios sobre a Maçonaria nunca foram de fato comprovados e são tidos como “teorias da conspiração”, uma estratégia talvez, a fim de ganhar mais notoriedade.

Ao serem fundados os Grandes Orientes da Maçonaria, os mesmos tentaram se aliar a Dom Pedro I, no entanto a aceitação por parte do imperador mais pareceu uma forma para descobrir o que era a instituição de fato e, assim supervisionar de perto a Maçonaria.

Dois Grandes Orientes foram criados, em 1822, um controlado por Ledo e o outro por José Bonifácio, ambos do rito francês, porém inimigos no campo político, se bem que ambos tivessem eleito D. Pedro como seu respectivo Grão Mestre. D. Pedro assumiu controle da maçonaria para mantê-la ligada ao Trono, de modo que os maçons do tipo revolucionário, liberal e republicano, que se mostraram refratários à monarquia foram presos e/ou exilados, ou, ainda assassinados, como correu com o carbonário Líbero Badaró, em São Paulo. (VIEIRA, 1987, p. 196)

A Maçonaria também não era uma organização centralizada e subordinada a um só poder, ou seja, havia separações entre orientes. Em meados do século XIX, existia o Grande Oriente do Vale dos Beneditinos, considerado republicano e liberal e o Grande Oriente, da Rua do Lavradio, conservador e monárquico. Daí, o surgimento de padres pertencentes à Maçonaria, isto é, não que os padres concordassem com todas as manifestações ideológicas atribuídas à instituição, porém parte dos maçons possuía ideais mais semelhantes aos posicionamentos da Igreja Católica (BARATA, 1994). Assim,

Se o círculo dos Beneditinos, chefiado por Saldanha Marinho, defendia uma atuação mais vigorosa e política na defesa do racionalismo, da liberdade de consciência, enfim, dos princípios caros à ‘modernidade’, o círculo do Lavradio identifica-se mais com a corrente inglesa. (BARATA, 1994, p. 84)

Essa separação e criação do novo Grande Oriente dos Beneditinos aconteceu em 1863, através de um grupo de maçons que não concordaram com as eleições daquele mesmo ano e junto com a liderança de Saldanha Marinho fundaram o novo Grande Oriente (MOREL, 2008).

Saldanha Marinho¹⁵ foi eleito, em 1870, pelo Grande Oriente do Vale dos Beneditinos como Grão Mestre, Marinho também teria sido chefe do Partido Liberal e reconhecido por suas convicções quanto a República. Enquanto isso, o Grande Oriente do Vale do Lavradio escolheu Visconde do Rio Branco¹⁶ para assumir a posição de Grão Mestre, entretanto Visconde era chefe do Partido Conservador. Isso demonstra claramente as oposições ideológicas que as Maçonarias tinham entre seus Grandes Orientes e, não obstante, as próprias lideranças maçônicas eram controversas, como destaca Vieira (1987, p. 209):

O chefe do Partido Conservador, o Visconde do Rio Branco, que no entanto, era homem de ideias marcadamente liberais, que, em 1871, seria nomeado Presidente do Conselho de Ministros. Nesse mesmo ano, 1871, o Parlamento finalmente aprovou a chamada “Lei do Ventre Livre”, uma contemporização à total abolição da escravatura, proposta pela maçonaria liberal, desde 1864.

No entanto, em 1872, em resposta aos ataques sofridos pela Igreja Católica a Maçonaria, a instituição unifica os dois Grandes Orientes a fim de unir forças. Essa

¹⁵ Joaquim Saldanha Marinho foi um político e jornalista brasileiro ligado ao liberalismo e a República, nascido em 1816 em Olinda, Pernambuco. Formou-se bacharel em direito pela Universidade do mesmo estado e eleito Deputado na Câmara Geral pela Província do Ceará, em 1847. Fez parte do corpo de jornalista do Diário do Rio de Janeiro e do Jornal do Comércio, utilizando-se do pseudônimo “Ganganeli” (ASLAN, 1973).

¹⁶ José Maria da Silva Paranhos ou Visconde do Rio Branco foi um político ligado à ideologia monarquista e jornalista brasileiro. Nascido em Salvador, Bahia, em 1819.

rivalidade entre a Maçonaria e a Igreja Católica era algo novo no caso brasileiro, pois a própria Maçonaria possuía certo dogma ao aceitar novos membros – a que o indivíduo deve ao menos acreditar em alguma divindade, ou seja, a partir disso pode-se presumir que vários maçons poderiam pertencer ao catolicismo, como mostrado até aqui, sendo que parte dos maçons também possuíam ideologias conservadoras.

Porém, o número de católicos e padres foi diminuindo conforme a segunda metade do século XIX. A justificativa foi a de que com o crescimento da Maçonaria, parte de seus membros começou a criticar o contexto do Estado à época, assim como a existência de uma religião oficial e demais questões ligadas ao espectro liberal. Com efeito, como destaca Morel (2008, p. 157): “o número de padres maçons foi diminuindo gradativamente, a ponto de torna-se aberração aos olhos da sociedade aquele que ousasse combinar a batina católica e o avental de pedreiro-livre.”

O clímax entre os dois Grandes Orientes e a Igreja Católica ocorreu a partir de 1872-3, quando os bispos Dom Vital Maria de Oliveira e Antônio Macedo da Costa foram presos segundo as leis do Império. Ambos os bispos exigiram que as igrejas, ou qualquer outro tipo de organização relacionada, expulsassem seus membros pertencentes à Maçonaria, no entanto algumas se recusaram e como consequência foram interditadas pelos bispos. Com isso, os representantes de tais igrejas buscaram do governo, que decretou as prisões desses dois bispos (MOREL, 2008).

Em 20 de maio de 1872, os dois Grandes Orientes (Lavradio e Beneditino) se unificaram para criarem o Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, porém as eleições para o Grão-Mestre desse novo Oriente fez surgir mais desavenças entre os dois polos, pois Visconde do Rio Branco teria perdido a eleição e com isso, ambos os Orientes voltaram a se dividir (BARATA, 1994).

As principais diferenças entre o Grande Oriente do Lavradio e do Vale dos Beneditinos estava na concepção de como a instituição deveria agir, enquanto os do Vale do Lavradio viam uma Maçonaria apolítica e aliada do Estado e da Igreja. E, a dos Beneditinos buscavam disseminar os ideais liberais republicanos:

A Maçonaria, escrevia Saldanha Marinho, não podia permanecer indiferente aos interesses que contribuiriam para o ‘bem-estar geral da humanidade’. Obedecendo ao bom senso e à razão, era seu programa disseminar a educação livre e racional; promover a instituição do casamento e do registro civil; defender a secularização dos cemitérios;

promover a absoluta liberdade de culto. Tais reformas nada mais são do que ‘corolários da liberdade de consciência e da tolerância’. (BARATA, 1994, p. 86)

Entre 1870 e 1880, a Igreja Católica buscou utilizar novas estratégias contra a Maçonaria, como a criação de teorias conspiratórias para com a origem, intuito e visão da instituição. Nesse sentido, começaram as narrativas antimaçônicas, que buscavam desqualificar a Maçonaria e seus membros, entretanto através dos conflitos entre Igreja e Maçonaria, a instituição ganhou maior notoriedade popular e histórica.

Luís Alves de Lima e Silva ou simplesmente Duque de Caxias, foi uma importante figura militar da época e pertencente à Maçonaria, chegando a Grão Mestre honorário (destaque para conflitos internos e guerras como a do Paraguai), inclusive derrotando ‘irmãos’ maçons liberais. Duque de Caxias é tido como um pacificador entre Maçonaria e Igreja, pois o próprio concedeu anistia aos dois bispos presos enquanto presidente do Conselho de Ministros. (MOREL, 2008)

Outro tema político-social que envolve participação ativa da Maçonaria é o das campanhas abolicionistas, que segundo Castellani (1993) começou em 1865, quando Saldanha Marinho ensejava o grito afirmando que a emancipação dos escravos saía do seio da Maçonaria.

Entretanto, o que se nota nas posições da Maçonaria frente à questão dos escravos está relacionado à emancipação, ou seja, algo não revolucionário ou radical e sim gradual, através de compras de alforrias, proibição de membros que possuíssem escravos, recorrendo aos meios legais da época. No entanto, é necessário destacar o ano de 1870, quando o maçom Rui Barbosa propôs a abolição de qualquer tipo de trabalho escravo, juntamente com a Loja América, em São Paulo ao Grande Oriente dos Beneditinos (MOREL, 2008).

Saldanha Marinho pediu demissão como Grão Mestre do Oriente dos Beneditinos em março de 1882 e com isso, veio novamente a unificação dos dois Grandes Orientes em 18 de janeiro de 1883, a liderança agora cabia a Francisco José Cardoso Júnior, essa união também estava relacionada ao combate a Igreja Católica e as narrativas antimaçônicas (BARATA, 1994).

A intenção do Capítulo foi analisar e descrever a trajetória da Maçonaria no decorrer do século XIX, identificando figuras ilustres em nossa história, tais como, Duque

de Caxias, Rui Barbosa, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Deodoro da Fonseca, que possuíam relações com a instituição maçônica, assim como e os conflitos internos e externos provenientes das crises político-ideológicas e do crescimento da Maçonaria, respectivamente.

É observado que os maçons de fato estavam presentes no cenário político e que não necessariamente havia diferença radical entre Maçonaria, Igreja e Estado, a própria instituição não possui ideais unificados entre todos os seus pertencentes. O adequado então, não é relacionar intrinsecamente a Maçonaria ao liberalismo, mas afirmar que os liberais ou conservadores usufruíam do ambiente secreto e fortalecido pela união dos maçons dentro de suas lojas para disseminar suas ideologias, mediante seus interesses quanto à relação em que o Estado deveria possuir quanto à sociedade, comércio, religião e os demais campos da atividade humana.

2.3 Motivos de grandes figuras históricas pertencerem à Maçonaria

Ao olharem para o passado, muitos maçons valorizam a presença de figuras notáveis entre seus confrades. A literatura maçônica engajada e alguns estudiosos associam a Ordem dos Pedreiros-Livres com grandes personagens que definiram os rumos da política brasileira, a exemplo do que se faz em todo o mundo. Os livros de história, principalmente os didáticos, mesmo sem saber o exato significado disto, nunca deixaram de lembrar-nos que D. Pedro I, José Bonifácio, Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa dentre outros, pertenceram à maçonaria. De forma quase automática, estes escritos estabelecem uma relação direta entre os grandes feitos de tais homens e sua identidade maçônica, como se tudo o que fizeram fosse uma consequência direta do fato de serem *iniciados*. Esse tipo de interpretação, não menos lendária, foi em grande parte responsável pela crença amplamente divulgada de que os grandes homens da política brasileira foram ou são, necessariamente, maçons. Como se a identidade maçônica fosse um passaporte para a entrada no mundo da política, uma posição *sine qua non* para alçar à posição de herói nacional. (MOREL, 2008, p. 225)

Um dos grandes precursores da Maçonaria no Brasil foi José Bonifácio de Andrada e Silva, nascido em 1763, na Vila de Santos, na época uma capitania de São Paulo, estudou

na Universidade de Coimbra (Portugal), a partir de 1783, sendo formado em 1787 como Bacharel em Leis e Filosofia Natural. Em 1819, regressa ao Brasil do então, D. João VI. Bonifácio¹⁷ passou por vários cargos públicos, dentre os quais, o de primeiro Ministro do período da Independência, em 1822, como Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros. Foi consagrado Grão-Mestre do Grande Oriente Brasílico, entretanto deixou o cargo para que D. Pedro I assumisse sua poção como Grão-Mestre (ASLAN, 1973).

Segundo a biografia de José Bonifácio, feita por Nicola Aslan, haveria uma relação entre a perseguição aos liberais da independência do Brasil e o fechamento da Maçonaria por Dom Pedro I por aconselhamento de um próprio maçom e antecessor do imperador como Grão Mestre do Grande Oriente Brasílico.

Em 1831, o Grande Oriente do Brasil volta com José Bonifácio como Grão Mestre e é eleito novamente em 1832 para o mesmo cargo maçônico, entretanto em 1833 é acusado de ser traidor da pátria por conspiração contra o governo e exilado na ilha de Paquetá. Porém, em 1835 foi libertado, voltando a seu cargo de Grão-Mestre no ano seguinte, sendo sucedido em 1837 pelo Visconde de Albuquerque (ASLAN, 1973).

É importante observar que se tratava de um número extenso de maçons em cargos públicos importantes na política brasileira. Entretanto, é de se notar também que muitos, como José Bonifácio e Dom Pedro I, parecem terem adotado uma estratégia de adentrarem na instituição, a fim de controlar os ideais ali disseminados e por outro lado, figuras republicanas e liberais como Saldanha Marinho teriam utilizado o espaço para se fortalecerem em suas opiniões e interesses. Com isso, a Maçonaria teria sido usada por grandes figuras históricas pelo seu caráter secreto e excludente aos demais, o que possibilitava organizações mais orquestradas a fim de defender determinado movimento, observa-se que tanto lados mais conservadores quanto liberais usufruíram desse espaço.

¹⁷ José Bonifácio, que tinha tendências absolutistas, toma providências contra os liberais, em sua maioria Maçons, que desejavam uma Constituição, mesmo que fosse, provisoriamente, a de Portugal. 21/10/1822 – Por influência de José Bonifácio, Pedro I manda fechar o Grande Oriente, até segunda ordem. (ASLAN, 1973, p. 38)

3. CAPÍTULO III – OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL: A TRAJETÓRIA DA MAÇONARIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Como foi abordado até aqui, embora o Grande Oriente do Brasil não tenha participação direta para com o movimento da Proclamação da República, os membros pertencentes a ele tiveram, isto é, os maçons oriundos da instituição dos Pedreiros-Livres. Não que ser maçom significasse diretamente em ser liberal, republicano ou ainda positivista¹⁸, até por que havia divergências “práticas” e ideológicas entre os Grandes Orientes da Maçonaria. Logo, entender a Maçonaria como protagonista nesses movimentos do século XIX seria equivocado. Os próprios maçons envolvidos na política ou no movimento de forma geral, não figuravam como representantes da instituição maçônica.

Entretanto, se a Maçonaria acabara de vencer uma disputa com a Igreja através da Proclamação da República e do Estado laico, surgiram novos movimentos que iriam contra a instituição (MOREL, 2008, p. 180): “Diante das transformações do mundo *profano*, a maçonaria deparou-se com uma série de novas formas de pensamento (comunismo, fascismo, anarquismo) e novos atores políticos (classe operária, integralistas, tenentistas, Estados autoritários etc.)”.

Há de se notar, porém que a instituição maçônica nesse período de transição entre monarquia e república, pois os políticos mais influentes do novo sistema de governo (Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Campos Sales) pertenciam à Maçonaria. A Ordem dos Pedreiros-Livres já tinha um modelo institucional organizado, quando outras organizações como a Igreja ou o próprio exército ainda começavam a se estruturar quanto ao que foi a Primeira República.

O Capítulo buscará concluir o trajeto da Maçonaria descrevendo suas trajetórias no início do século XX com a Primeira República até os quinze anos em que Getúlio Vargas esteve no Poder, incluindo o Estado Novo, destacando suas posições para com a Maçonaria e quais foram as estratégias adotadas pela instituição e membros para que houvesse uma maior disseminação da Maçonaria no Brasil, visto os duros golpes que a instituição recebeu.

¹⁸ Corrente filosófica e sociológica que surgiu na França do século XIX, tendo como principal ideia, a de que o conhecimento científico devia ser reconhecido como o único conhecimento verdadeiro.

3.1 Os novos rumos da Maçonaria no Brasil

Em alguns anos antes do golpe que originou a Primeira República do Brasil, a partir de 1889, chamado oficialmente de Estados Unidos do Brasil, a Maçonaria brasileira gozava novamente de uma união e unificação em um só Grande Oriente do Brasil (GOB). Contudo, posteriormente à Proclamação da República, a instituição se dividiu ao mesmo tempo em que se expandia pelo país. Segundo Barata (1994), a partir da década de 1890 houve a federalização da Maçonaria brasileira, o que representou uma descentralização do poder do Grande Oriente e a formação de vários outros grandes orientes estaduais em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

O caso do Rio Grande do Sul é mais emblemático, pois envolveu a Revolução Federalista, como é apontado por Morel (2008, p. 182): “Até mesmo nos casos em que as disputas evoluíram para lutas armadas verificaram-se maçons combatendo em lados opostos”, ou seja, a instituição ainda era dividida ideologicamente entre seus membros e a centralidade do poder em um só grande oriente foi questionada.

Algo interessante a se observar é como a instituição distinguia o “mundo interno”, isto é, o indivíduo como membro da Maçonaria, regida por uma hierarquia em graus e desconsiderando a posição social. Todavia, com essa afirmação algumas incoerências aparecem, pois os maçons sempre buscaram contar com figuras influentes como D. Pedro I e Deodoro da Fonseca para a instituição e muitas das vezes consagrando-os a Grão-Mestre, do “mundo externo” (*profano*). Com efeito, como saber quando figuras importantíssimas da História de nosso país, que tinham relação com a Maçonaria, agiram como membro de uma instituição e a seus interesses. É certo que muitos dos maçons ocuparam cargos políticos importantíssimos como o de presidente e ministro, entretanto, isso significa que eles estavam lá por que também eram maçons, ou seja, seria equivocado pensar que os primeiros anos de República do Brasil foram controlados pela Maçonaria.

Os maçons que assumiram cargos políticos, além da ligação com a Maçonaria, possuíam também o engajamento na luta pela República e tudo o mais que estava acontecendo politicamente na época. A Maçonaria se via sim, em uma posição de poder e ascensão ao que, ao menos, uma parte dos maçons sempre desejou desde meados do século XIX e mais do que isso, também possuía membros em cargos influentes na política brasileira. No entanto, é importante frisar que tal situação não simboliza que a Maçonaria estava no Poder, mas que nos mais expressivos cargos políticos havia maçons ou indivíduos com algum envolvimento com os pedreiros-livres.

É fundamental também relativizar o significado da identidade maçônica dos figurões da Primeira República para evitar o erro de acreditar que a maçonaria tornou-se senhora absoluta dos destinos nacionais. Isto porque é praticamente impossível detectar com exatidão o grau de influência dessa identidade na atuação política de tais homens. Não que ela não fosse significativa, apenas não saberíamos como reconhecer em que momento esses políticos agiam como maçons. (MOREL, 2008, p. 182)

No dia 19 de dezembro de 1889, Deodoro da Fonseca, já exercendo o cargo de chefe de governo, é eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, tomando posse no ano seguinte, no dia 24 de março, entretanto no mesmo ano em que entregou o cargo político a Floriano Peixoto (1891), também entregou o cargo de Grão Mestre para Joaquim Antonio de Macedo Soares (CASTELLANI, 1989).

Nos primeiros anos da República existia o que alguns historiadores denominam de “ajuda mútua” entre partidos políticos (sobretudo o Partido Republicano Rio-Grandense) e grandes orientes da Maçonaria, pois ao se observar o caso do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, é possível verificar que o partido abriu vários cargos para maçons na administração pública em troca de que a Maçonaria fornecesse sustentação política ao partido, como fizeram os antigos coronéis do Império (MOREL, 2008).

Esse sistema de ajuda mútua não foi privilégio da maçonaria sul-rio-grandense, mas, ao contrário, fez-se presente em todo o território da federação. De modo que, nos anos da República Velha, ser maçom foi certamente sinônimo de favoritismo frente ao Estado”. (MOREL, 2008, p. 184)

Uma estratégia da Maçonaria na sociedade brasileira (e por vezes feita na Europa) foi a disseminação através da Educação pela instituição, ou seja, escolas, imprensa e parlamentos maçônicos. A imprensa maçônica se dava por meios mais internos, como o Boletim do Grande Oriente do Brasil, criado em 1871, no entanto a Maçonaria também possuía membros influentes em demais meios de comunicação em massa, como Saldanha Marinho e o Jornal do Comércio, dentre outros jornais que defendiam os interesses maçônicos em geral, tais como a Família, Família Maçônica e O Pelicano.

A Maçonaria também buscou a propagação de seus ideais e organização através de financiamentos de escolas¹⁹ para filhos de maçons, por exemplo, a instituição buscava nessas iniciativas, principalmente, combater os mitos e conspirações criados pela Igreja Católica acerca da Maçonaria. A partir disso, cria-se ainda em meados do século XIX, possibilidades de ensinos laicos e que favoreciam a Maçonaria, sobretudo liberal e republicana, contra a Igreja. Sendo que a estratégia consistia na educação das camadas mais populares da sociedade, enquanto que a Igreja voltava-se para a educação da elite brasileira (BARATA, 1999).

As escolas da Maçonaria apareceram em maior escala nos Estados de São Paulo e Acre. Acredita-se que nesse segundo devido aos menores poderes do Estado presente que a proposta da Maçonaria seria a de construir escolas para os menos afortunados onde não houvesse escolas públicas ou quando o ensino não fosse satisfatório. A instituição passou a educar os filhos dos maçons com um ensino laico e também técnico (MOREL, 2008).

Segundo Morel (Idem), a Maçonaria começou a redirecionar seu olhar para as classes menos favorecidas da sociedade, pois refletia as classes sociais de seus próprios membros e, com isso, a instituição engajou-se mais em uma questão social dos trabalhadores, que vinha crescendo desde a Primeira República.

Seja por acreditarem na causa dos trabalhadores, seja por temerem que estes, insatisfeitos, provocassem indesejáveis agitações, a comunidade maçônica mostrou-se preocupada em alertar a sociedade brasileira para o grande problema que se vislumbrava caso não se regulamentassem as relações entre o capital e o trabalho. (MOREL, *Ibidem*, p. 188)

Não que a Maçonaria adquiriu alguma relação com os pensamentos socialistas que estavam sendo altamente disseminados à época, especialmente após a queda do Czar Russo, no entanto alguns maçons migraram para tais ideologias em prol da classe trabalhadora, até porquê muitos foram os maçons pertencentes à classe média. O Grande Oriente do Brasil, entretanto sempre foi contra insurgências cometidas por alguns membros da instituição, em revoltas como no caso da do Forte de Copacabana em 1922,

¹⁹ Segundo quadro presente no Livro maçônico do centenário de Octaviano Bastos (p. 237 apud BARATA, 1999, p.141), havia em 1922, cerca de 132 escolas mantidas pela Maçonaria brasileira por vários estados do Brasil, sobretudo em São Paulo e Acre.

mas também não condenava seus membros, pois crime político não era considerado um delito maçônico (MOREL, 2008).

Nas primeiras décadas do século XX a Maçonaria ainda enfrentava fragmentação de seus membros que por consequência gerava descentralização do poder a só um Grande Oriente, mas foi em 1927 que se dividiu em duas grandes potências: o Grande Oriente do Brasil com seus demais grandes orientes estaduais e, o Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito (MOREL, 2008).

3.2 A Maçonaria e Getúlio Vargas

As grandes divergências ideológicas entre os próprios maçons acabavam por repercutir na ideologia da própria Maçonaria como instituição. Isso se faz nítido ao observarmos os primeiros anos após a Primeira Guerra Mundial, pois houve perseguições à Maçonaria e seus membros. Como aponta Morel (2008):

Na Rússia e na Hungria comunistas, a Ordem dos Pedreiros-Livres foi proibida a partir de 1917 e de 1919, respectivamente. Igual proibição foi posta pelos regimes de direita, como na Itália de Mussolini, em 1925; na Alemanha de Hitler, em 1933; em Portugal de Salazar, em 1935; e na Espanha de Franco, em 1940. (MOREL, Idem, p. 200)

Assim, é possível perceber que a instituição levava fama pelas ideologias de seus membros, sendo que por vezes um conflito levava maçons de ambos os lados, um contra o outro. Além da diversidade ideológica entre seus membros, a Maçonaria também contava com segredos, enquanto uma instituição fechada para os que não fossem maçons, conspirações da Igreja sobre um caráter demoníaco da Maçonaria, por exemplo, o que acabava por funcionar em meio ao público externo, aos Pedreiros-Livres, pois não havia muitas informações claras e diretas da própria Maçonaria quanto ao seu propósito.

No Brasil, a partir de 1930 com a cisão da Primeira República (denominada de vários nomes como cafeeira, oligárquica, principalmente pelo seu caráter de governantes agindo em prol dos interesses de determinadas classes sociais), com Getúlio Vargas no poder, a propaganda estatal voltava-se para a busca do nacionalismo, para o olhar sobre a união dos Estados e não mais oligarquias, buscava inspirar a sociedade em uma espécie

de sentimento patriota. Todavia, a Maçonaria possuía uma característica mais “cosmopolita”, pois existia em todo mundo, isto é, algo que não veio do Brasil. Essa característica colocou a Maçonaria brasileira em maus olhos pelo governo da época. Nos governos de cunho nacionalistas da Europa, sobretudo Itália e Alemanha, também viam a Maçonaria como algo externo ao país, principalmente pelo seu caráter secreto e excludente dos não pertencentes, excluindo possibilidades de serem vigiados mais de perto pelas forças governamentais (MOREL, 2008).

A Maçonaria francesa tentou ajudar os maçons refugiados dos regimes totalitários, igualmente fizeram os maçons brasileiros, porém alguns anos mais tardes, a Maçonaria também seria perseguida e colocada na ilegalidade no Brasil governado por Getúlio Vargas (MOREL, 2008).

Getúlio Dornelles Vargas, foi um importante personagem na história do Brasil contemporâneo, a partir de 1930, assumiu o governo provisoriamente até 1934, quando foi eleito presidente, entretanto em 1937 se fez ditador com a proclamação do Estado Novo (que duraria até 1945). Durante seu governo, Vargas fez fortes alianças com a Igreja (inclusive foi decretado a volta do ensino religioso nas escolas, mas facultativo), os anos em que Getúlio esteve no poder também foram marcados por diversas transformações para com a industrialização do país. Também foi na Era Vargas em que o Brasil foi tomado pelos sentimentos nacionalistas, consequência de fortes propagandas e censuras por parte do Estado.

A partir do fim da Primeira República em 1930, também começava novos ataques da Igreja (mais aliada ao Estado) contra a Maçonaria, várias foram as narrativas de tentar desmoralizar a instituição, seja de forma política (acusando-a de manipuladora) ou construindo uma imagem ligada ao misticismo assim como exemplifica Morel (2008):

Muito recorrentes nesta época foram também as denúncias de que a maçonaria seria uma instituição “alienígena”, um corpo estranho à cultura e à história nacional, tendo sido artificialmente inserida em terras brasileiras. Ao contrário da Igreja Católica, presente no Brasil desde o descobrimento e responsável pela constituição da cultura brasileira e da nossa identidade nacional, a maçonaria seria uma instituição sem pátria, ostentando uma natureza internacional. (MOREL, 2008, p. 204)

Em contrapartida, o Grande Oriente do Brasil se defendia das acusações, quanto ao comunismo, dizia que não aceitaria membros ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB), mas que não restringiria indivíduos que tivessem relações de simpatia com alguma ideologia comunista. Porém, em 24 de outubro de 1937, foram proibidas as atividades maçônicas a mando do General Newton Cavalcanti e em 10 de novembro do mesmo ano, Getúlio Vargas instaura o Estado Novo, dissolvendo o Congresso Nacional e partidos políticos, colocando na ilegalidade todas as “sociedades secretas”.

Segundo o governo da época, a medida seria para um inquérito investigando a existência de alguma relação da Maçonaria com o comunismo, após tais acontecimentos, a Maçonaria foi posta novamente na ilegalidade em 7 de janeiro de 1938, entretanto os fechamentos e aberturas das lojas espalhadas pelo país não se deram rigorosamente, mas foi somente em 1941 que a total normalidade voltou para as atividades maçônicas em todo país (MOREL, 2008).

Destaque para o decreto nº 1.179 abaixo elaborado pelo Grão-Mestre do GOB, em 2 de junho de 1938, pedindo as lojas da maçonaria que continuassem abertas clandestinamente que expulsassem os membros ligados a ideologias contrárias ao atual governo (ALMÉRI, 2013).

Faz saber, a todos os Maçons e Oficiais da Federação, para que cumpram e façam cumprir, que o Conselho Geral da Ordem, atendendo ao que dispõe o nº 13 do art. 3º da Const.: e usando o direito que lhe outorga o nº 2 do art. 34 da mesma lei, adotou, em sessão de 26 de maio a seguinte RESOLUÇÃO. Art. 1º - As Lojas da Federação excluindo imediatamente dos seus seios os Obreiros que professem ideologias contrárias ao regime político-social brasileiro, enviando logo ao Conselho Geral da Ordem, em caráter de recurso ‘ex-officio’, mas sem efeito suspensivo, a lista dos membros atingidos, à qual serão anexos os elementos comprobativos de seu ato. Art. 2º - Se o Conselho Geral da Ordem considerar justificada a resolução da Oficina, o ato desta será mantido; se, porém, a reformar, o Obr.: voltará à situação anterior. Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. (CASTELLANI, 1993, p. 248)

Com efeito, parece que ao mesmo tempo em que a Maçonaria estava excluída e sendo atacada pelo Estado e Igreja, seguia-se uma estratégia de apoio para que voltasse à legalidade e desempenhar suas funções livremente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, observa-se que a Maçonaria foi, durante todo o período aqui estudado, uma instituição estranha à sociedade em geral, seu caráter excludente aos não pertencentes deram a seus principais inimigos, sobretudo a Igreja católica, argumentos e conspirações para desmoralizar os pedreiros-livres.

O maior questionamento seria: o que de fato significa ser maçom? Por vezes, a ideologia da Maçonaria foi construída a partir de ideais dos seus membros mais marcantes, como José Bonifácio ou Saldanha Marinho e, a partir disso, se conclui que a instituição estivesse o tempo todo ligada a uma ideologia, por exemplo, ao liberalismo se pensarmos que maçons participaram da Revolução Francesa; ao conservadorismo se olharmos que Dom Pedro I e José Bonifácio foram membros e Grão-Mestres do Grande Oriente do Brasil; ao comunismo por maçons envolvidos na Revolução Constitucionalista de 1932.

Logo, o mais correto a se pensar é que a Maçonaria não é uma ordem central, universal e uniforme em todo o mundo e sim que em cada região e período, a instituição e suas ideologias foram transformadas pelos membros acolhidos. E que, por vezes, governos e igrejas identificaram todos os maçons como um corpo só, com um único ideal e os condenaram ou atuavam junto aos mesmos, conforme o interesse majoritário de cada contexto histórico.

Cabe afirmar também as inúmeras dificuldades ao trabalhar com um tema pouco explorado no Brasil que é a Maçonaria. Vale ressaltar, que muitos autores como Alexandre M. Barata e Marco Morel, fizeram obras imensas e repletas de informações e dados sobre a instituição, porém as fontes do século XIX que envolvem a Maçonaria são muito difíceis de obter, e por vezes, o trabalho é limitado à revisão crítica da bibliografia. Por outro lado, uma estratégia da Maçonaria, a partir da segunda metade do século XX foi uma maior publicação de livros, artigos de maçons direcionados ao público em geral (interno ou externo à instituição) o que possibilitou um acesso melhor ao tema deste estudo, mas ao mesmo tempo é necessária uma maior cautela para com a revisão crítica, pois é comum a omissão de informações ou superestimação da Maçonaria como instituição.

Por fim, o trabalho feito demonstra um maior amadurecimento de como tratar o tema Maçonaria, desmistificando vários pré-conceitos construídos historicamente contra a instituição, alertando para suas origens incertas na Idade Antiga e Média, as revoluções

na Europa e, como os maçons exerceram papéis notórios em distintos acontecimentos históricos ao longo dos séculos XIX e XX do Brasil.

6. Referências Bibliográficas

ALMÉRI, Tatiana Martins. Posicionamentos da instituição maçônica no processo político ditatorial brasileiro (1964): Da visão liberal ao conservadorismo. Costa Rica: REHMLAC, Revista de Estudios Históricos de la Masonería. 2013.

ASLAN, Nicola. Pequenas Biografias de Grandes Maçons Brasileiros. Rio de Janeiro: Ed. Maçônica, 1973.

AZEVEDO, Celia M. Marinho de. Maçonaria: História e historiografia. São Paulo: Revista USP, 1996-97.

BANDECCHI, Brasil. A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal. São Paulo: Parma, 1982.

BARATA, Alexandre M. A Maçonaria e a Ilustração Brasileira. História, Ciências, Saúde – Manguinhos I (1): 78-80, jul.-oct, 1994.

_____. Luzes e Sombras: A ação da maçonaria brasileira (1870-1910). São Paulo: Editora da Unicamp, Centro de Memória-Unicamp, 1999.

_____. Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822). Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política I. Trad. VARRIALE, Carmen C., et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CASTELLANI, José. A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro. São Paulo: Traço, 1989.

_____. História do Grande Oriente do Brasil: A Maçonaria na História do Brasil. Brasília, DF: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993.

_____. Fragments da Pedra Bruta. Londrina: Ed. Maçônica “A TROLHA”, 2003.

_____. Os Maçons na Independência do Brasil. Londrina: Ed. A Trolha, 1993.

COLUSSI, Eliane Lucia. Liberalismo, Secularização e Maçonaria: O caso brasileiro e uruguaio. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

_____. Plantando Ramas na Acácia: a maçonaria na segunda metade do século XIX. Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1998.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução. Rio de Janeiro: Aurora, 1982.

FERNANDES, Francisco, Celso Pedro e F. Marques Guimarães. Superdicionário: Língua Portuguesa. 52. São Paulo: ed. Globo, 1999.

MONTEIRO, Elson L. R. A Maçonaria e a Campanha Abolicionista no Pará. São Paulo: Madras, 2012.

MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX. Rio de Janeiro. 2001

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de O. O Poder da Maçonaria: A história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

NAUDON, Paul. La Franc-Maçonnerie, Presses Universitaires de France, Paris, 1963.

VIEIRA, David G. O liberalismo, a Maçonaria e o protestantismo no Brasil no século dezanove. Faculdades EST. Brasília, 1987.